

BRASIL
Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral - META
(P126537)
Missão de Supervisão: 18 de Junho, 22 a 24 de Junho, 2015

1. Nos períodos de 18 e 22 a 24 de junho, do ano de 2015, o Banco Mundial (BM) realizou, com o Ministério de Minas e Energia (MME), a Missão de Supervisão do Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META. As listas de participantes das diversas reuniões e visitas técnicas pelo BM e pelo MME encontram-se em anexo. A equipe do BM agradece aos servidores do MME, em Brasília, e aos funcionários do CEPEL, pela excelente coordenação e organização das reuniões.
2. Os objetivos da missão incluíram: (1) supervisionar o avanço e o *status* da implementação do projeto; (2) revisar, em conjunto com o MME, as metas, indicadores e componentes do projeto; (3) avaliar o progresso do cronograma de implementação e atualizá-lo, definindo processos a serem desenvolvidos e concluídos em 2015 e 2016 e revisar o perfil de desembolsos; (4) avaliar a situação das atividades de maior relevância e críticas para a implementação do projeto; e (5) realizar visita de campo ao coexecutor do projeto – CEPEL (Rio de Janeiro).
3. As principais conclusões da missão foram:
 - (i) O Sr. Luiz Eduardo Barata, novo Secretário Executivo, reafirmou o caráter estratégico da parceria com o Banco Mundial e da relevância do projeto META;
 - (ii) O projeto META superou as dificuldades iniciais principalmente relacionadas aos processos de licitação. A UGP Central está completa, eficiente, bem como o projeto está avançando rapidamente na execução física de uma série de atividades;
 - (iii) A evolução cambial traz recursos adicionais em Reais, ao mesmo tempo, reduz o volume de desembolso em dólar, em relação ao esperado;
 - (iv) O atraso inicial, principalmente devido ao componente 3, e a disponibilidade de recursos adicionais em Reais, já sinaliza a necessidade de uma extensão do projeto;
 - (v) No curto prazo, as restrições de despesas nos ministérios devido ao aperto macrofiscal poderão afetar a execução do projeto;
 - (vi) O ritmo do desembolso pode ser afetado, se os contratos, cujos processos de licitação, que estão em fase final, não forem assinados em breve, em função de seus prazos de execução ultrapassarem a data atual de encerramento do projeto; e,
 - (vii) A equipe do Banco se prontificou para aprofundar as discussões sobre vários temas adicionais para as quais pode contribuir, em particular nas áreas de conservação de energia, mudanças climáticas e cooperação Sul-Sul.

A Ajuda Memória está estruturada da seguinte forma:

A.	Discussão sobre o apoio do Banco Mundial no setor de energia.	2
B.	<i>Status</i> de Implementação do Projeto	3
C.	Componentes.....	4
D.	Indicadores.....	9
E.	Salvaguardas	9
F.	Visita do Banco Mundial ao CEPEL – 18 Junho de 2015	10
G.	Ajuda Memória de Supervisão das Salvaguardas Ambientais e Sociais	11
H.	Ajuda Memória – Gestão Financeira.....	13

Anexo 1 – Composição da UGP Central e das UGP's coexecutoras.....	14
Anexo 2 – Relatório da Missão de Gerenciamento Financeiro – Junho 2015.....	15
Anexo 3 - Fotos da Visita ao CEPEL	22
Anexo 4 – Documentos relacionados ao pedido de prorrogação do prazo do Projeto.....	22
Anexo 5 – Listas de Participantes.....	22

4. A missão foi recebida pelo Senhor Ricardo Luiz de Souza Licks, quarto Diretor de Programa da Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia. Ocorreu um encontro bastante produtivo com os Senhores Luiz Eduardo Barata Ferreira, Secretário-Executivo, e Francisco Romário Wojcicki, Secretário-Executivo Adjunto do MME.

A. Discussão sobre o apoio do Banco Mundial no setor de energia.

5. No encontro, o Sr. Christophe de Gouvello, coordenador para o Banco Mundial da interlocução com o MME, gerente dos projetos META e Energia Mais e coordenador pelo Banco da agenda relacionada a mudanças climáticas no Brasil, apresentou-se ao novo Secretário-Executivo e informou sumariamente o conjunto de projetos financiados pelo Banco relacionados às questões energéticas. Foi discutida a relevância estratégica para o setor das atividades desenvolvidas pelo Ministério, pelos demais coexecutores no âmbito do projeto META e o apoio de longo prazo do Banco Mundial, na continuação do projeto ESTAL. O Banco reiterou a sua satisfação em poder apoiar a agenda do governo no setor através de um instrumento flexível de assistência técnica como o projeto META, expressando o seu compromisso em trazer a experiência internacional, além de financiamento. A equipe do Banco comunicou a nomeação do Sr. Antonio Barbalho, como novo gerente do Banco Mundial para o setor de energia na América Latina, sinalizando que é a primeira vez que essa função foi assumida por um especialista brasileiro. O Banco sinalizou a importância do papel da Secretaria Executiva em acompanhar e facilitar o processo de extensão do projeto Eletrobrás, em particular na fase final da análise pelo GTEC da COFIEEX, para assegurar o bom entendimento por parte dos membros desse grupo, sobre o caráter estratégico deste projeto e articulação das respostas às questões levantadas. No âmbito desta discussão e da perspectiva de inclusão de novas atividades no projeto META, em razão das economias verificadas em função da evolução da taxa de câmbio, o Banco se disponibilizou para discussões mais aprofundadas em alguns temas, em particular:

- contribuir para o desenvolvimento de políticas na área de conservação de energia, sinalizando a experiência internacional na área de “demand response”, para apresentar o trabalho de desenvolvimento de uma Sociedade de Eficiência Energética com a CNI e ABRACE, as colaborações com as prefeituras de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte para modernizar os sistemas de iluminação pública no âmbito do projeto BRAZEEC (Brazil Energy Efficient Cities) e novas atividades de conservação de energia no âmbito do projeto Eletrobras;
- discutir atividades de fortalecimento e racionalização dos processos do Ministério no que diz respeito à cooperação Sul-Sul, no âmbito do componente 4; e,
- apresentar a sua análise da questão climática no Brasil e o apoio que já está propiciando a diferentes áreas do governo, inclusive, alguns assuntos relacionados ao setor energético, na perspectiva de antes e depois da COP21 em Paris, tanto no que diz respeito às consequências das mudanças climáticas (baixa hidrologia, danos a infraestruturas, entre outras) como às possíveis regulações nacionais futuras das emissões de gás de efeito estufa, as quais poderiam se tornar instrumentos muito poderosos de exploração dos potenciais de eficiência energética.

h

6. O Banco foi informado que o DNPM tem um novo Diretor-Geral, Celso Luiz Garcia, desde o dia 8 de junho de 2015. A UGP/C informou que irá se reunir com o DNPM, nos próximos 30 dias, para tratar de um novo "termo de execução descentralizada". O Banco sinalizou a vinda ao Brasil da Sra. Daniele La Porta, especialista sênior em mineração, em agosto, a qual se disponibilizou em participar de discussões referentes às atividades do projeto nesta área, a depender da possibilidade do agendamento de tais reuniões nas datas apropriadas.

B. Status de Implementação do Projeto

7. A missão teve uma série de reuniões de trabalho com a Unidade de Gestão do Projeto META para a supervisão dos aspectos da implementação do projeto e do progresso na execução dos componentes.

8. **Gestão do projeto.** A missão constatou que continua uma melhora significativa na gestão do projeto devido às práticas implementadas pela equipe da UGP/C, a qual agora conta com 20 servidores na UGP Central. O relatório da Controladoria Geral da União - CGU confirma a adequação do quadro da UGP Central, e aponta a baixa execução dos coexecutores. O Banco solicitou o organograma da UGP Central e das UGPs dos coexecutores, que se encontra em anexo.

9. Foi observado que antes de 2014, o Comitê Gestor do Projeto (CGP), instância de decisão superior, havia se reunido apenas uma vez. No entanto, em 2014, reuniu-se três vezes e, em 2015, uma vez. A UGP/C disponibilizou as atas dessas reuniões e suas deliberações.

10. O Banco sinalizou a sua satisfação em relação ao uso da tabela de acompanhamento das atividades, a Lista Única, a qual fornece um panorama geral de todas as atividades do projeto. A equipe do Banco sugeriu alguns aprimoramentos para facilitar o uso dela (criação de abas separadas para os históricos, com acesso via *hiperlinks* na tabela, consolidação automática dos indicadores de comprometimento e de pagamento, bem como a organização por componente). Ligado a isso, o Banco ficou satisfeito com as ferramentas de monitoramento e avaliação (*M&E*) do projeto, por ter verificado que, além de monitorar os indicadores do projeto, foi estabelecida uma metodologia que captura a performance dos coexecutores.

11. **Uso dos recursos do empréstimo e da contrapartida.** Em termos de comprometimento, hoje o projeto tem US\$ 19,8M (40%) comprometidos; 5 atividades, no valor de US\$3,7M (8%) concluídas; 5 atividades em execução, no valor de US\$ 16,1M (32%) e 11 atividades em processo final de licitação, no valor de (US\$ 7,5M), e com uma previsão de comprometer US\$ 38M (77%) até dezembro 2015. Até agora o projeto desembolsou US\$ 13,1M, equivalente a 26,36% do empréstimo. Com relação aos gastos de contrapartida, a UGP/C informou ao Banco que já realizou R\$7,7M (aprox. US\$ 2,5M).

12. **Impacto da desvalorização cambial no desembolso.** A perda real do valor do projeto, em dólares, desde a aprovação do empréstimo, foi de 44,4% (com a variação cambial de R\$1,75 para R\$3,15 em relação ao dólar). Como a maioria das aquisições é realizada em Reais, o volume executado é menor, em dólar, quando comparado ao orçamento inicial. Se for medido em dólares, o desembolso é de somente 26,36% e o comprometimento de 40%. Todavia, se medido em relação ao orçamento inicial em Reais, o desembolso e o comprometimento são respectivamente de 32% e 64%.

13. **Necessidades de extensão do projeto.** Devido ao atraso de vários processos licitatórios, o projeto se encontra numa situação delicada, pois os contratos, cujas datas de encerramento previstas

superam a data de fechamento do projeto, não poderão ser assinados. Com os avanços recentes na gestão do projeto, as licitações de vários destes contratos estão em andamento (TDR's 1, 12, 17, 18, 23, 25, 30, 35 e 38), com previsão de assinatura a partir de setembro 2015. Esta situação pode levar, em breve, a uma interrupção do comprometimento e do desembolso dos recursos do empréstimo.

14. Devido aos atrasos em vários processos e à disponibilidade adicional de recursos oriundos da evolução da taxa de câmbio, estima-se que seria necessário postergar o término do projeto por pelo menos 22 meses, além da data atual de encerramento. A UGP/C, por meio do Comitê Gestor do Projeto – CGP, já havia avaliado a possibilidade de uma extensão do prazo de vigência, cujo pedido deve ser formalizado ao BM. Desde já, 11 atividades em andamento (US\$7,6M) e 8 atividades que ainda não foram iniciadas (US\$11,9M) não poderiam ser executadas ou concluídas em caso de não prorrogação do projeto.

15. A UGP/C expressou ao BM a urgência na análise da possibilidade de uma extensão de prazo, dado que as previsões orçamentárias para o ano de 2016 precisam ser propostas até o dia 30 de julho de 2015, para garantir fundos para implementar o projeto no ano que vem. Paralelamente, os convênios e termos de cooperação com os coexecutores também precisariam ser modificados para refletir a nova data de término do projeto, assim como os novos valores de execução. Em particular, já existe uma necessidade de revisar o convênio do CEPEL para acomodar o TDR 10 - TRAF0, devido à variação cambial, pois o orçamento original foi baseado na taxa de câmbio de R\$ 1,75 para um dólar, e a nova data de execução prevista desta atividade (ver componente 3).

16. **Uso das economias realizadas.** Durante a missão verificou-se que houve ganhos financeiros significativos do projeto – em termos de licitação e dada a evolução favorável da taxa de câmbio. O câmbio da época de aprovação do projeto era de R\$1,75 para um dólar, hoje está em torno de R\$ 3,15, já proporcionando ganhos cambiais. Em termos de licitações, houve economias de aproximadamente 6,3% (comparando com as estimativas) nos processos, equivalente a R\$ 2,6 milhões. Com a execução de algumas atividades, com fundos do próprio governo (6 num valor de US\$1 milhão), o total de recursos disponíveis no projeto, hoje, totalizam aproximadamente US\$ 10 milhões. (Para números exatos e alocados por coexecutor com montante disponível, ver tabelas nos arquivos anexos: “Demonstrativo das Economias” e “Apresentação da Missão Banco Mundial 2015 Final”).

17. A UGP/C sinalizou ao Banco que já existe uma lista preliminar de 25 atividades, cujo orçamento está na casa dos US\$49,9M e, que irá propor a inclusão na agenda do CGP, a revisão e priorização das atividades propostas para o uso do recurso disponível. A equipe do Banco Mundial se disponibilizou para participar do processo de elaboração desta lista, tanto para facilitar as não-objeções futuras como para contribuir, conforme for útil, em particular, em relação aos temas abordados na reunião com o novo Secretário Executivo.

C. Componentes

18. Como o projeto está numa fase de implementação efetiva, o Banco se disponibilizou a participar dos workshops e revisão dos produtos e relatórios produzidos pelos consultores, em particular os internos, assim oferecendo a perspectiva de trazer ganho oriundo da própria *expertise* global do quadro de funcionários do Banco, em cada uma das áreas abordadas (por exemplo, nos resultados dos produtos da consultoria referente à Usina Plataforma). A equipe do Banco ressaltou que a sua missão não é apenas de trazer financiamento e regras de licitação, gestão financeira e salvaguardas, mas também de trazer *expertise* e ganho, sempre que possível, para ajudar a maximizar os benefícios dos projetos. A equipe entende que esta é uma das razões importantes para a decisão do governo de solicitar apoio do BIRD, por intermédio do Projeto META.

h

Componente 1 – Fortalecimento da capacidade do Governo de promover o Desenvolvimento Sustentável dos Setores de Energia e Mineral (Total – US\$12.94M; dos quais US\$ 8.94M BIRD)

19. Componente 1.i - Planejamento dos setores de Energia e Mineral (Total – US\$ 3.9M – BIRD)

Subcomponente 1.i.a (Estudos Estratégicos SPE, EPE - US\$ 3.1M – BIRD)

- TDR 16 (Consumo Serviços – EPE – US\$283,000) – Falta a apresentação do último produto;
- TDR17 (Eficiência Indústria – EPE – US\$740,000) e TDR 18 (Mercado Gás – EPE – US\$ 676,000) – a EPE está analisando as manifestações de interesse para finalizar a lista curta. Foi recebida mais documentação do que o esperado e estão levando mais tempo para finalizar a análise. Estas duas atividades são impactadas pelo final do projeto, já que a estimativa é de assinar os contratos em dez de 2015, com previsão de execução das consultorias por um ano, com a entrega final prevista para 5 de dez de 2016; e
- TDR35 (Insere Eólica – SPE – US\$723,000) – SDP e lista curta foram enviadas ao BM para NO em 12 de junho de 2015.

Subcomponente 1.i.b (Estudos reestruturação CNPM - US\$ 791,000 – BIRD)

- TDR 31 (Revisão organizacional e reestruturação dos órgãos setoriais do MME para o Setor Mineral - SGM – US\$870,000) – A atividade que havia sido suprimida do META, foi reinserida no Projeto e será atualizada no Plano de Aquisições. Está previsto que o término da atividade vá além da data de encerramento do Projeto (30/06/2016). O TDR deve ser enviado ao BM até 26 de junho de 2015.

Subcomponente 1.i.c (Desenvolvimento de sistemas de informação)

- TDR 33 (software – US\$1.6M) – Esta atividade tinha sido postergada para o META II, porém com os ganhos cambiais do projeto, se verificará a sua reinserção no META I.

Conclusão do subcomponente 1.i: está avançando na base dos subcomponentes “a” e o “b”. Mesmo tendo sido verificado um atraso, tem demonstrado boas perspectivas de resultados satisfatórios. Com os ganhos cambiais e na possibilidade de uma extensão, o subcomponente “c” pode atingir resultados substanciais.

20. Componente 1.ii – Fortalecimento da capacidade de projetar e implantar políticas e ações para facilitar a expansão e melhorar a sustentabilidade dos setores de energia e mineral

- TDR 40 (Impacto da extensão das concessões G&T nas tarifas de energia elétrica) – Concluído.

Subcomponente 1.ii.a (Inventário e análise técnica-econômica de energia de baixo-carbono)

- TDR 34 (Inventário GEF – SPE - US\$ 365,000) – a atividade foi executada pelo Departamento de Desenvolvimento Energético/SPE.

Subcomponente 1.ii.b (Inventário do impacto social e ambiental)

- TDR 30 (Inventário da Pequena Mineração - US\$ 2.3M) – o processo de licitação está em andamento, com a assinatura do contrato prevista para outubro de 2015, e término dos trabalhos para 29 de abril de 2017.

Subcomponente 1.ii.c (Capacitação e disseminação de melhores práticas)

- TDR 20 (Capacitação Projeto GAYA, Artesanato - GM - US\$ 58,000) e;
- TDR 21 (Capacitação Projeto GAYA, Mulheres, Jovens e adolescentes - GM - US\$ 43,000) – o Gabinete do Ministro avisou que tem interesse em implementar essas atividades, porém ainda não enviou os TDR's à UGP/C;
- TDR 22 (Avaliação de licenciamento socioambiental - AESA – US\$ 63,000) – foi decidido excluir esta atividade do META I;
- TDR 25 (Estudo políticas e diretrizes de usinas hidrelétricas estruturantes - AESA – US\$ 257,000) – A SMI será publicada até 3 de julho de 2015 e o término do trabalho está previsto para dezembro de 2016;
- TDR 26 (Banco de dados socioeconômicos de barragem - AESA – US\$ 398,000) – Pelas normas do Ministério do Planejamento, toda aquisição de TI deve ser verificada pelo MME, para avaliação se pode ser implementada internamente ou por empresa já contratada. Nesse sentido, este TDR foi retirado do META e está sendo implementado pelo próprio Ministério; e,
- TDR 37 (Impactos Positivos dos Empreendimentos Hidroelétricos - US\$ 286,000) – atividade cancelada.

Conclusão do subcomponente 1.ii: O Componente tem demonstrado um grande avanço desde a Missão de Revisão de Meio Termo - MTR com andamento em todos os subcomponentes, mas mesmo assim, várias atividades não poderão ser concluídas antes da data de fechamento do projeto. Nos TDR referentes a TI, a UGP/C terá que trabalhar junto ao MME, e serão consideradas atividades realizadas com recursos próprios.

21. Componente 1.iii – Gerenciamento, monitoramento e avaliação das atividades e disseminação dos resultados

Subcomponente 1.iii.a (Suporte à UGP/C)

- Muitas das atividades de gestão estão sendo cobertas pelos fundos de contrapartida e
- Fundos de contrapartida estão sendo contabilizados através da remuneração dos servidores alocados nas UGPs, Central e setoriais (Cepel e ONS).

Subcomponente 1.iii.b (Atividades de monitoramento e avaliação)

- TDR 42 (IndicMETA - SEDP) – A UGP/C desenvolveu indicadores de performance dos coexecutores, assim como revisou os indicadores de resultado do projeto (ver nota abaixo sobre Indicadores).

Subcomponente 1.iii.c (Atividades de comunicação do Projeto)

- TDR 19 (Comunicação Institucional - SEDP – US\$ 195.000) – o plano de comunicação foi enviado ao BM em outubro de 2014 e sua implementação foi iniciada. O BM também reforçou a necessidade da disseminação dos resultados e produtos que estão sendo desenvolvidos dentro do projeto.

Conclusão do subcomponente 1.iii: Apesar dos atrasos iniciais no que diz respeito ao sistema de monitoramento e ao plano de comunicação, o componente está agora progredindo de maneira satisfatória e não deve impactar na data de fechamento do projeto.

Componente 2 – Fortalecimento das Instituições Reguladoras (Total US\$ 2.33M BIRD)

22. Atividade 43 (Planejamento Estratégico do Ministério AEGE - Est. US\$ 9.29M – consultoria) – Esta consultoria é vista como uma atividade estratégica dentro do Ministério. O termo de referência foi revisado, pois originalmente estava baseado na utilização da plataforma *Hyperion* (da Oracle), porém, esta plataforma foi modificada para a *Qlikview*. Assim sendo, o TR será reenviado ao BM para não objeção no início de julho, com data prevista para contratação em janeiro de 2016.

23. Atividade 38 (Capacitação MME - SPOA – US\$ 293.000) – Foi agendada uma reunião no dia 24 junho de 2015 entre a SPOA e a única instituição interessada no processo - a PUC-RJ - para discutir o encaminhamento da proposta técnica e financeira. A contratação inicial está prevista para atender 40 alunos, com uma média de gasto de R\$22mil por aluno (a exemplo, um mestrado na FGV em Brasília custa R\$20mil). O BM sugeriu à UGP/C que contatem a CGU, antes de assinar o contrato, para orientação quanto aos procedimentos que estão sendo adotados para este processo.

24. Componente 2.i – Fortalecimento do monitoramento e da capacidade de controle do setor de energia

- TDR 1 (Custos Interrupções - ANEEL – US\$ 230.000) – Relatório de avaliação das propostas técnicas foi recebido na UGP/C no dia 23 de junho de 2015. O BM deve receber até 3 de julho de 2015. O término deste contrato está previsto para julho de 2016;
- TDR 24 (Sistema de Monitoramento do licenciamento Ambiental - AESA- US\$365.000) – a ser realizado como contrapartida técnica por ser um banco de dados, desenvolvido pela empresa de TI, contratada pelo MME; e,
- TDR 39 (AnREGULATÓRIA, acompanhamento da TEDR 40) – cancelada.

25. Componente 2.ii – Fortalecimento institucional na área de geologia e recursos minerais

Conclusão do Componente 2: O Banco sinalizou que este componente poderia se beneficiar substancialmente da redistribuição das economias cambiais para conseguir aumentar o nível de comprometimento e atingir resultados mais substanciais.

Componente 3 – Desenvolvimento tecnológico (Total US\$ 35.69M – BIRD)

26. **Componente 3.i – Investimentos em pesquisa e desenvolvimento**

CEPEL

- TDR 3 (Cluster) – Encerrado;
- TDR4 (UATPORT) – Previsão de término para dezembro de 2015, com expectativa de antecipar as obras civis para outubro de 2015;
- TDR5 (UATCEF) – Em execução. Conclusão da entrega física até outubro de 2015;

- TDR6 (UATYOK) – Encerrado;
- TDR9 (UATROL) – Encerrado;
- TDR10 (TRAFO) – O CEPEL irá encaminhar o edital nos próximos dias;
- TDR11.1 (LABPMU – PMUS), 11.2 (LABPMU – EQLAB) e 11.3 (LABPMU – INFO) – Encerrados;
- TDR11.4/5 (LABPMU – SDTR/ATTC) – será solicitada uma alteração de modalidade (de ICB para NCB);
- TDR11.6 (LABPMU – CPMU) – equipamento foi adquirido com recursos próprios do CEPEL;
- TDR14 (SEADRI) – Contratos assinados;

O BM gostaria de comunicar a sua satisfação no empenho das obras no CEPEL, em especial visto que as obras continuaram mesmo durante uma greve de funcionários, numa clara demonstração de comprometimento com a execução do projeto.

27. ONS
 - TDR 29 (Concentradores) – ICB – O edital está em análise pela CPL. A UGP/C deve encaminhar ao BM até 3 de julho de 2015.
28. CPRM
 - TDR 32.1 (Ampliação da Base Laboratorial - Sísmico) – O pregão teve que ser republicado em razão do processo anterior não ter logrado êxito. A segunda publicação deverá ocorrer até o dia 26 de junho de 2015 pelo sistema Comprasnet;
 - TDR 32.2 (Ampliação Base Laboratorial – Eletromagnético) – No momento está previsto como ICB, porém deve também mudar para NCB. A Justificativa e o edital serão enviados ao BM até final da primeira semana de julho.
29. **Componente 3.ii – Estudos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico**
 - TDR 12 (CONSGRID - CEPEL – US\$ 659,000) – O orçamento foi revisado (25% maior em R\$) e deve ser enviado ao BM até 3 de julho de 2015, juntamente com a lista curta e a SDP. A previsão de assinar o contrato é para nov de 2015, com encerramento em julho de 2016; e
 - TDR 13 (Impactos das Mudanças Climáticas na Geração Hidroelétrica –MUDCLIMA - CEPEL – US\$148,000) (também se encaixa no componente 3.2) – o escopo do TDR foi reduzido dado que parte dos estudos foi feita internamente. O BM e a UGP/C solicitaram ao CEPEL que enviem os TDR revisados. Esta atividade também é afetada pela data de encerramento, já que os estudos levarão de 14-18 meses para serem implantados.

Conclusão do Componente 3: Sendo o componente mais importante em termos financeiros, inicialmente concentrou muito os esforços da equipe da UGP Central. Todavia, os problemas ocorridos nos processos de licitação conduzidos pelo CEPEL atrasaram consideravelmente a execução do projeto como um todo. No entanto, esta fase está agora superada, pois todos os principais contratos estão em execução (a execução do TDR 10 – TRAFO teve de ser postergada por falta de recursos orçamentários).

Componente 4 – Apoio à Cooperação Sul-Sul (Total – US\$ 2.52M BIRD)

- TDR 36 (Usina Plataforma – US\$ 1.03M) – em andamento. Foram entregues 2 produtos (de um total de 4), tendo ocorrido dois workshops – um interno (com órgãos ambientais) e outro externo. O BM pediu para que fossem encaminhados os produtos e sinalizou que, no momento, a dimensão de cooperação sul-sul desta atividade é insuficiente para poder contabilizar 100% nesse componente;
- TDR 23 (Marco Conceitual para a Questão Ambiental na Integração Energética Sul-Americana – US\$177,000) – A SMI será publicada até o dia 26 de junho de 2015;
- TDR 44 (Integração Geológica e Metalogenética da América do Sul - CPRM – US\$710,000) - nova atividade a ser inserida no Plano de Aquisições. A CPRM deverá encaminhar o TDR para análise. Verificou-se que há interesse de outros países sul-americanos nesse tema.

Conclusão do Componente 4: Este componente continua enfrentando dificuldades, devido principalmente à falta de definição por parte do ministério das atividades a serem incluídas neste componente. O Banco reconhece o caráter não usual dessas atividades e a impossibilidade de a UGP/C resolver esta questão. O Banco se prontificou em aprofundar as conversas com a Secretaria Executiva para explorar as opções, sinalizando, entre outras: (i) a definição e implementação de processos internos do Ministério para sistematizar, definir estratégias e monitorar atividades; e (ii) a redução deste componente, com risco de não atingir as metas iniciais.

D. Indicadores

30. A UGP/C apresentou os indicadores de desempenho dos coexecutores e sua metodologia de medição. O propósito destes novos indicadores permite um acompanhamento que vai além dos indicadores financeiros. A UGP/C visitou os coexecutores externos, à exceção da ANEEL e DNPM, e houve aprovação dessa metodologia (Para detalhes ver documento anexo).

31. A UGP/C também revisou os indicadores de resultado do projeto, ajustando quando necessário, a descrição dos indicadores intermediários.

32. O Banco se mostrou satisfeito com a apresentação e sugeriu que fosse adicionado outro indicador que capture as economias de licitação do projeto, assim podendo demonstrar a performance deste processo.

33. A UGP/C está finalizando o documento dos indicadores, contendo a metodologia de cálculo dos novos indicadores e as justificativas de qualquer mudança nos indicadores, devendo ser enviado ao BM até o dia 15 de Julho.

E. Salvaguardas

34. Em função do relato da visita técnica no Rio de Janeiro (Adrianópolis) e da reunião de trabalho, não há registro de fatos, neste momento, que impliquem em desconformidade com as Políticas de Salvaguardas Ambientais do Banco, com o que está previsto nos documentos legais do acordo de empréstimo entre o Banco e o Mutuário, ou com a legislação ambiental Brasileira. A classificação de conformidade para o Projeto é Satisfatória.

35. Recomendações. Em função do exposto e com o objetivo de garantir o cumprimento das Políticas de Salvaguardas Ambientais do Banco, a recomendação é que a supervisão socioambiental do Projeto deve ser incrementada por meio de um contato mais próximo com o MME. (Para detalhes, ver abaixo a Ajuda Memória detalhada de supervisão das Salvaguardas).

F. Visita do Banco Mundial ao CEPEL – 18 Junho de 2015

36. No dia 18 de Junho de 2015, os membros do BM e UGP/C estiveram no CEPEL, Rio de Janeiro. O coexecutor fez uma apresentação sobre suas atividades. Foi também apresentado o status dos TDRs (3-6 e 9-14). O Banco expressou sua satisfação com os contratos concluídos e os em andamento, mas também expressou sua preocupação com o andamento do TDR 10, TRAF0 que precisa de 14-18 meses para a atividade ser executada e do TDR 13, MUDCLIMA, que precisa de 18 meses para ser implementado, mas para o qual ainda não há a versão final do termo de referência. Por outro lado, o CEPEL informou que para o TDR 11, LABPMU, as subatividades 11.4 e 11.5 deverão ser licitadas como NCB, ao invés de ICB.

37. Na sede do CEPEL, na Ilha do Fundão, o Banco e a UGP/C constataram o funcionamento dos Clusters, onde operações que antes demoravam até dias para serem efetuadas agora são rodadas em horas. Os equipamentos do LABPMU também foram apresentados, tendo sido demonstrado que agora o CEPEL tem a capacidade de realizar análises de medição fasorial.

38. A missão visitou Adrianópolis para supervisionar o andamento das obras dos Pórticos que estão em execução. O Banco se mostrou satisfeito com o andamento das obras. A data para a conclusão das obras é dezembro de 2015, porém, o CEPEL informou que há possibilidade de antecipação desse prazo, quando então irão começar a instalação dos equipamentos.

39. Constatou-se que a carreta, já está em uso e os Yokes devidamente fabricados para os testes de Ultra-Alta Tensão (UAT).

G. Ajuda Memória de Supervisão das Salvaguardas Ambientais e Sociais

PI26537 - ENERGY AND MINERAL SECTOR STRENGTHENING - META

– MISSÃO DE JUNHO DE 2015

Atividade

40. Missão de supervisão para acompanhamento do desempenho ambiental do Projeto, observando os aspectos relacionados às salvaguardas acionadas:

- a) OP/BP 4.01 – Environmental Assessment;
- b) OP/BP 4.04 – Natural Habitats;
- c) OP/BP 4.11 – Physical Cultural Resources; e
- d) OP/PB 4.36 – Forests.

41. Além da análise do relato da visita técnica de parte da equipe à unidade do CEPEL em Adrianópolis, foi realizado um encontro com a equipe de meio ambiente do Ministério de Minas e Energia (MME), com a presença das Sras. Maria Ceicilene Aragão Martins e Rita Alves Silva, e do Sr. Leonardo Pávoa. Nesta oportunidade, foi feita uma revisão de toda a lista dos termos de referência (TDR) que subsidiam as contratações de estudos e/ou atividades ligadas ao Projeto, observando possíveis interfaces com as políticas de salvaguarda ambientais e sociais do Banco.

Comentários da Supervisão

42. Entre os vários TDR analisados, destacam-se aqueles que merecem atenção sob o ponto de vista dessas Políticas. São eles:

a. TDR 23 - “Marco Conceitual para a Questão Ambiental na Integração Energética Sul-Americana”: os especialistas do Banco já haviam apresentado sugestões de melhoria para este TDR, cujos produtos deverão tratar dos aspectos socioambientais da implantação de projetos internacionais, visando à integração energética entre o Brasil e outros países da América do Sul. Tais sugestões foram consideradas pelo MME, em uma nova versão do TDR, que objetiva agora a contratação de uma empresa de consultoria para a realização do trabalho e não mais de um consultor individual. Os perfis dos consultores e os custos do trabalho foram ajustados, mas existe o desafio de buscar perfis que integrem energia e meio ambiente. A equipe do MME quer interagir com outros Ministérios (MMA e Ibama, Itamaraty) para ampliar as contribuições do Governo e foi relatado que o Brasil poderia assumir o capítulo de meio ambiente do tratado que está em elaboração. A equipe do Banco ponderou que, se for útil, o Projeto poderia financiar uma reunião entre os países envolvidos no Brasil no âmbito do componente Sul-Sul do projeto META;

b. TDR 25 – “Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS para implantação de políticas e diretrizes concernentes às usinas hidrelétricas estruturantes”: também para este TDR os especialistas do Banco fizeram sugestões de melhoria que foram incorporadas. Porém, neste caso particular, em que objetiva-se a formulação de diretrizes básicas para elaboração de um PDRS a ser aplicado na região de influência de empreendimentos hidroelétricos, ainda com maior ênfase as políticas do Banco devem ser observadas na elaboração dos produtos, e o Banco sugere um trabalho mais próximo com a equipe do MME, durante a contratação da consultoria e o desenvolvimento dos trabalhos. Uma sugestão também apresentada foi a de incluir a produção um “inception report” pela consultoria, com um plano de trabalho detalhado, discutido e acordado entre as partes, reduzindo os riscos de decepções e

facilitando a apropriação desde o início. Citou-se o caso único do Xingu (Belo Monte), como exemplo, e os dois olhares do MME: DRS e usina plataforma;

c. TDR 36 – “Usina Plataforma” como vetor de conservação ambiental: outro TDR que tem grande importância, no âmbito das políticas do Banco. Foi relatado que alguns produtos já foram elaborados: o primeiro deles é uma caracterização geral do quadro amazônico e dos projetos hidroelétricos previstos e em implantação; o segundo é uma caracterização (linhas mestras) do que deveria ser uma usina plataforma e, no seu desenvolvimento, houve a realização de dois seminários (um interno e outro com ANEEL e TRACTEBEL); o terceiro produto, detalhamento do escopo da metodologia, prevê para julho outro seminário, mais aberto, envolvendo também diferentes experiências na Amazônia brasileira (projeto Urucu da Petrobrás, mineração de Carajás, usinas Santo Antônio e Teles Pires), buscando elaborar melhor o diferencial de uma usina plataforma, em comparação com uma usina tradicional (a equipe do Banco sugeriu que se tente trazer também experiências internacionais). O resultado final que o MME busca com tais discussões seria construir uma metodologia mais consolidada, antes de chamar órgãos ambientais e ONGs, que então poderiam contribuir a partir de uma base mais refinada. De qualquer forma, o diálogo com o IBAMA já começou, mas também foram relatadas críticas de ONGs que circularam na internet sobre o conceito de usina plataforma. Acerca do perfil da equipe envolvida no trabalho, o CEPEL, a EPE e a COPPE-UFRJ estão juntos nesta elaboração e o Banco discutiu sobre a importância da contribuição dos profissionais da área social neste time, apontando como fundamental a presença da sua equipe de especialistas, atuando mais próxima do MME e também participando do próximo seminário. Sugeriu-se estabelecer uma interface entre os TDR 36 e 25;

d. TDR 30 – “Pequena Mineração”: em processo de contratação;

e. TDR 38 – “Especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental nos setores energético e mineral”: houve a sugestão do Banco de contribuir com um módulo sobre as políticas de salvaguarda.

Conformidade

43. Em função do relato da visita técnica no Rio de Janeiro (Adrianópolis) e da reunião de trabalho, não há registro de fatos, neste momento, que impliquem em desconformidade com as Políticas de Salvaguarda Ambientais do Banco, com o que está previsto nos documentos legais do acordo de empréstimo entre o Banco e o Mutuário, ou com a legislação ambiental Brasileira.

A classificação de conformidade para o Projeto é **Satisfatória**.

Recomendações

44. Em função do exposto e com o objetivo de garantir o cumprimento das Políticas de Salvaguardas Ambientais do Banco, a recomendação é que a supervisão socioambiental do Projeto deve ser incrementada através de um contato mais próximo com o MME.

H. Ajuda Memória – Gestão Financeira

45. Entre os dias 29 e 30 de junho e 1º de julho, a missão do Banco Mundial esteve no Ministério das Minas e Energia - MME, na Unidade de Gerenciamento do Projeto – UGP/C, que é a responsável pela implementação do Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia Mineral, com a finalidade de supervisionar os aspectos de gerenciamento financeiro na implementação do Projeto financiado com recursos do Banco Mundial, através do Acordo de Empréstimo 8095-BR.

Essa missão foi concluída através de *Desk Review* em 13/08/2015. (ver Anexo 2 para detalhes).



Ricardo Luiz de Souza Licks
Diretor de Programa
Secretaria Executiva
Ministério de Minas e Energia

Christophe de Gouvello
Especialista Sênior de Energia
Departamento de Desenvolvimento Sustentável
Banco Mundial

Anexo 1 – Composição da UGP Central e das UGPs coexecutoras

Apresentam-se, em anexo, as cópias dos documentos de indicação dos membros que compõem a UGP Central e as UGP's dos coexecutores, conforme abaixo relacionado:

- UGP Central do MME (Portaria do SE n.º 6, de 12 de março de 2014);
- UGP Setorial do CEPEL (Resolução 02 -2014, de 7 de janeiro de 2014);
- UGP Setorial da CPRM (Ofício n.º 054/2012-PR/CPRM);
- UGP Setorial do DNPM (Ofício n.º 182/2012-DIRE/DNPM/SEDE);
- UGP Setorial da EPE (Ofício n.º 0607/EPE/2012);
- UGP Setorial do ONS (Resolução RES-034/2013); e,
- UGP Setorial da ANEEL (Portaria n.º 2261, de 6 de junho de 2012).

h

Anexo 2 – Relatório da Missão de Gerenciamento Financeiro – Junho 2015

Introdução

1. Entre os dias 29 e 30 de junho e 1º de julho, a missão do Banco Mundial esteve no Ministério das Minas e Energia - MME, na Unidade de Gerenciamento do Projeto – UGP/C, que é a responsável pela implementação do Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia Mineral, com a finalidade de supervisionar os aspectos de gerenciamento financeiro na implementação do Projeto financiado com recursos do Banco Mundial, através do Acordo de Empréstimo 8095-BR. Essa missão foi concluída através de Desk Review concluída em 13/08/2015.
2. O objetivo da missão foi avaliar a eficácia e adequação do Projeto considerando (a) os arranjos institucionais, equipe e sistemas de controle interno; (b) o processo orçamentário e contábil; (c) sistemas, políticas e procedimentos de gerenciamento financeiro; (d) os arranjos relativos ao fluxo de fundos e desembolso, incluindo a preparação das Declarações de Gastos - SOEs e relatórios de gerenciamento financeiro - IFRs, e (e) a suficiência de arranjos para auditoria externa.
3. Nossos resultados, recomendações, e próximos passos foram acordados com a equipe da UGP/C e foram baseados (a) no Acordo de Empréstimo²; (b) na análise efetuada nos IFRs e SOEs apresentados pela equipe do Projeto; e (c) nossas conversas com os funcionários da UGP/C.

Resumo dos Resultados

Os arranjos de gerenciamento financeiro foram mantidos como **Satisfatórios**.

O Risco de Controle associado ao Projeto continua avaliado como **Moderado**.

4. Plano de Ação

Item	Responsável	Data limite
Envio dos IFRs ajustados, bem como a Nota Explicativa referente ao exercício de 2014.	UGP/C	30/08/2015

Descrição do Projeto

5. O principal objetivo do Projeto META é contribuir para ampliar e consolidar os avanços dos setores de energia e mineração, dando apoio à competitividade e crescimento econômico sustentável do País, assim como a modernização institucional dos setores, envolvendo áreas estratégicas do MME.

O Projeto foi aprovado em 20/12/2011, assinado em 01/03/2012, tornou-se efetivo em 30/05/2012, e tem a sua data de encerramento prevista para 30/06/2016.

Os componentes a serem financiados pelo Banco estão assim dispostos:

Categoria de Gastos	Participação
Bens. Obras. Serviços de Não-consultoria ⁽¹⁾	35.407.276,00
Serviços de Consultoria	12.664.272,00
Treinamento ⁽²⁾	542.857,14
Custos Operacionais ⁽³⁾	865.712,35
Subtotal	49.480.117,50
Front-end Fee	124.010,31
Total	49.604.127,81

(1) Serviços de não-consultoria significa os custos de serviços que têm natureza não-intelectual e que podem ser contratados com base no desempenho de resultados fisicamente mensuráveis, incluindo, *inter alia*, pesquisas sobre o potencial de mercado para o transporte e consumo de serviços de energia e gás natural.

(2) O termo "Treinamento" significa um custo razoável das despesas elegíveis incorridas pelo Mutuário para a realização de workshops, preparação e administração de treinamento no âmbito do Projeto, incluindo, entre outros, custos com passagens e diárias, pagamento do curso, aluguel de instalações e matéria didática.

(3) O termo "Custos Operacionais" significa um custo razoável das despesas elegíveis incorridos pelo Mutuário para a implementação do Projeto, incluindo, entre outros, custos com passagens e diárias, manutenção de equipamentos, material de escritório, custos relacionados como fortalecimento da comunicação e divulgação dos resultados (eventos, planos de comunicação, publicações).

Arranjos institucionais, Equipe e Sistemas de Controle Interno

6. O Arranjo Institucional do Projeto é formado pelo nível Deliberativo e decisório superior e pelo nível Gerencial e operacional. O Nível Deliberativo e Decisório Superior é formado por um Comitê Gestor do Projeto – CGP, apoiado por uma Unidade de Gestão do Projeto - UGP. O CGP é um colegiado composto por representantes do MME (executor) e dos órgãos e entidades vinculadas (coexecutores). O Comitê Gestor foi instituído pela Portaria MME Nº 528, de 12 de setembro de 2011.

O Comitê tem a função de acordar e definir os temas transversais de interesse comum a serem apoiados por meio do Projeto, supervisionar a implementação, avaliar resultados e definir critérios de alocação dos recursos do empréstimo (em função da necessidade de fortalecimento institucional, da demanda e do desempenho dos executores e coexecutores).

O Nível Gerencial e Operacional tem a direção do Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia. Foi constituída uma Unidade de Gestão de Projeto - Central (UGP/C) para coordenar e executar os aspectos de natureza operacional da implementação do Projeto, no âmbito da estrutura da Secretaria-Executiva do Ministério de Minas e Energia, por meio da Portaria MME Nº 529, de 12 de setembro de 2011.

A UGP/C é dirigida pelo Coordenador-Geral, cujas funções foram atribuídas pelo Secretário-Executivo do MME a um Diretor de Programa.

A Unidade de Gestão do Projeto - UGP/C tem a seguinte composição:

- I - Coordenador-Geral;
- II - Coordenador-Geral Substituto;
- III - Coordenador de Planejamento e Controle;
- IV - Coordenador Administrativo;
- V - Coordenador Financeiro;
- VI - Coordenador Técnico;
- VII - Coordenador de Relações Internacionais e Corporativas; e,
- VIII - Comissão Permanente de Licitação - CPL.

A estrutura do arranjo institucional prevê que as entidades da Administração Indireta, coexecutoras do Projeto META (ANEEL, CEPEL, CPRM, DNPM, EPE e ONS), são responsáveis pela execução física e

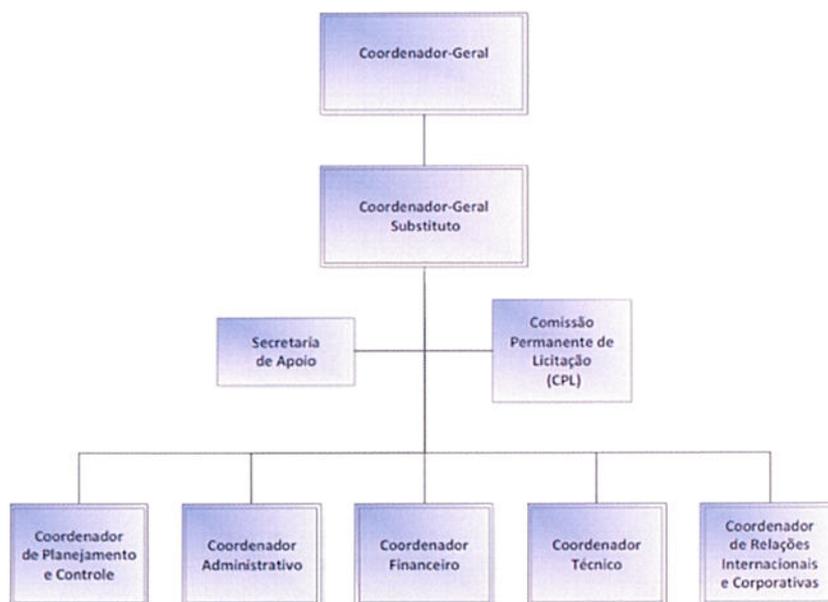
financeira das atividades correspondentes aos componentes sob sua responsabilidade, de forma descentralizada, sendo que esta execução deve ser realizada por unidade própria, criada especificamente para este fim, que realizará todos os procedimentos licitatórios e de pagamentos das atividades da qual são beneficiários/executores. Estas unidades foram denominadas Unidades de Gestão do Projeto - Setoriais (UGP/S).

À UGP/C compete coordenar, planejar e supervisionar a execução das atividades relativas ao Projeto META e assessorar o Secretário-Executivo em assuntos de natureza técnico-administrativos relativos ao Projeto.

A UGP/C desempenha, ainda, as funções de Secretaria Executiva do Comitê Gestor e exerce as articulações entre as Unidades de Gestão do Projeto - Setoriais (UGP/S) e a instituição financiadora do Projeto (BIRD).

A UGP/C, além de acompanhar a execução das ações transversais, tem a finalidade de harmonizar, articular, integrar e otimizar a operacionalização das ações do Projeto executadas nos órgãos e entidades vinculadas, por meio de suas UGP/S.

As atividades relacionadas com a execução física e financeira previstas para as Secretarias finalísticas e demais áreas do MME são realizadas de forma centralizada, por meio da UGP/C.



7. O Sr. Caio Lustosa Mascarenhas Sobrinho, vem executando as atividades de analista financeiro do Projeto, apoiando assim a Coordenação Financeira nas principais atividades afetas ao gerenciamento financeiro do Projeto.

8. O Manual Operativo do Projeto - MOP encontra-se atualizado e disponível a todos os usuários.

Conclusão: Satisfatório.

Processo Orçamentário e Contabilidade

9. Esse item não sofreu alteração desde a última missão de gerenciamento financeiro ao Projeto, ou seja, a execução orçamentária e financeira do Projeto (tanto a parte financiada com recursos externos, assim como a contrapartida, obrigatoriamente) é registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. As ações do Projeto são executadas tanto por instituições integrantes do Sistema SIAFI (Secretarias finalísticas do MME, ANEEL, CPRM, DNPM, EPE), quanto por instituições não integrantes do Sistema SIAFI (ONS e CEPEL).

Em razão disso, as ações de execução orçamentária e financeira são realizadas de duas formas:

a) Centralizada

Na forma centralizada, a UGP/C, é a responsável pela execução das atividades orçamentárias e financeiras (pagamentos e registros das despesas previstas no respectivo Plano de Aquisições) inerentes às Secretarias finalísticas e demais áreas do Ministério. Essa execução se dá por meio do Sistema SIAFI em UG específica; e

b) Descentralizada

b.1) Para os Coexecutores que utilizam o SIAFI (ANEEL, CPRM, DNPM e EPE):

A operação descentralizadora é suportada pela assinatura de Termo de Cooperação entre as partes e a transferência de recursos é dada por meio de "Descentralização de Crédito" (destaque). Em síntese, isso significa que o MME transfere para o coexecutor os créditos orçamentários e recursos financeiros, bem como, a responsabilidade pela realização dos mesmos. O Destaque de Crédito Orçamentário é dado da seguinte forma:

- O Termo de Cooperação entre o MME e o coexecutor detalha o plano de trabalho e o cronograma de transferências de recursos;
- A UGP realiza a transferência, por meio do SIAFI, nas datas previstas no cronograma do Termo de Cooperação, na forma da legislação vigente; e
- O Coexecutor efetua os pagamentos de despesas aprovadas em seu respectivo plano de trabalho; e

b.2) Para os Coexecutores que não utilizam o SIAFI (CEPEL e ONS):

A operação descentralizadora é suportada pela assinatura de Convênio a ser firmado entre o MME e o respectivo coexecutor e a transferência de recursos é dada por meio de "Ordem Bancária", via SICONV. A transferência bancária é executada da seguinte forma:

- O convênio detalhará o plano de trabalho e o cronograma de transferências de recursos que é realizado por emissão de ordem bancária para crédito em conta específica aberta por cada coexecutor;
- A emissão de ordem bancária para os coexecutores é realizada pela UGP/C, por meio de operação no Sistema SICONV, nas datas previstas no cronograma do Convênio, na forma da legislação vigente; e
- O Coexecutor efetua os pagamentos de despesas aprovadas em seu respectivo plano de trabalho.

Cópia da documentação de suporte dos pagamentos realizados no âmbito do Projeto META é encaminhada pelas UGP's, devidamente assinada pelo representante legal do órgão/empresa coexecutor, ou pelo responsável máximo designado.

10. As programações orçamentárias anuais do Projeto seguem a distribuição anual e estão previstas nas Leis Orçamentárias Anuais (LOA), do Governo Federal, a cada efetivo exercício, contemplando a fonte de recurso externa e a fonte de contrapartida nacional, conforme Plano de Trabalho (Funcional Programática) 10.32.101.25.572.2119.13E4.0001.

De acordo com o disposto no Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015 (publicado no DOU Edição Extra de 22/05/2015), e na Portaria nº 168, de 22 de maio de 2015 (publicada no DOU de 25/05/2015), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, foram autorizados, para movimentação e empenho das dotações para o Projeto, (constantes da Lei no 13.115, de 20 de abril de 2015, Lei Orçamentária Anual – LOA 2015), os seguintes valores:

Em R\$1,00				
Conta contábil	PLOA 2015	Alteração do CN	LOA 2015	Limite inicial
Custeio (CA)	9.660.325	-	9.660.325	7.976.501
Investimento (IA)	10.651.729	-	10.651.729	8.795.100
Total	20.312.054	-	20.312.054	16.771.601

Conclusão: Satisfatório. O regime contábil, bem como as normas e procedimentos de contabilidade adotados e utilizados pela UGP, encontram-se em conformidade com as normas brasileiras geralmente aceitas.

Sistemas, Políticas e Procedimentos de Gerenciamento Financeiro.

11. Na análise efetuada nos IFRs do Projeto, foram identificadas algumas divergências que se encontram detalhadas a seguir:

Inicialmente, na elaboração dos IFRs, considerava-se, equivocadamente, como Fonte de Recursos, os valores efetivamente recebidos pela UGP do Projeto, liquidados e comprovados ao Banco Mundial. Por orientação da Controladoria-Geral da União – CGU, com a anuência do Banco Mundial, considerou-se a partir do exercício de 2014, o total dos recursos desembolsados pelo Banco, procedendo-se, entretanto, os ajustes referentes aos valores de exercícios anteriores, não considerados nos IFRs.

Ocorre, porém, que os ajustes foram realizados com lançamentos no exercício de 2014, Colunas “A” e “D”, do IFR 1, impactando a competência do exercício.

Em reunião realizada com a CGU, em 15 de outubro de 2014, foi determinado que fossem refeitos os IFRs, do 1º e 2º Trimestre de 2014, apropriando os valores como ajustes de exercícios anteriores, nas “Colunas de Valores Acumulados Até a Data” - “C” e “F”), respectivamente.

Os IFRs do 3º e 4º Trimestres de 2014 já foram elaborados obedecendo-se os critérios determinados na referida reunião.

Buscando demonstrar que, apesar dos ajustes, não houve alteração nos valores relativos aos recursos externos, foi elaborado Quadro Comparativo entre os valores dos IFRs do 1º e 2º Trimestres apresentados ao Banco Mundial e os valores ajustados de acordo com a determinação CGU, e foram feitos os seguintes esclarecimentos:

Comparativo dos valores do IFR 1 – referentes ao 1º Trimestre de. 2014 - Recursos do Banco Mundial

ORIGENS

A diferença verificada de R\$ 6.600.706,28, refere-se ao ajuste de exercícios anteriores, antes lançado na competência de 2014, Colunas “D” e “E,” passando para Ajuste de Exercícios Anteriores, Coluna “F”.

APLICAÇÃO

A diferença verificada de R\$ 6.351.909,20, refere-se ao ajuste de exercícios anteriores, antes lançado na competência de 2014, Colunas “D” e “E,” passando para Ajuste de Exercícios Anteriores, Coluna “F”.

Dessa forma ajustou-se a competência sem, entretanto, alterar o valor total do Recurso BIRD Realizado, acumulado até o 1º Trim.2014, nas Origens de R\$ 11.790.185,46 e nas Aplicações Realizadas, R\$ 11.541.688,38.

Recursos da Contrapartida -Governio

Abriram-se linhas para segregar os recursos da Contrapartida, evidenciando-se os Recursos relativos ao Pessoal Temporário (recurso LOA com Identificador de Uso-ID), e Recurso relativo ao Pessoal não Temporário (Sem Id. Uso SIAFI), e ainda uma linha para Contrapartida do Coexecutor CEPEL.

A diferença no valor de R\$ 1.694.763,74, anteriormente lançada na Linha GOV.FED. teve seu valor ajustado e distribuído nas Linhas 1.2 GOV.FED. Contrapartida (com Id. Uso SIAFI) e na Linha 1.3 Contrapartida SEDP (sem Id. Uso SIAFI).

Abriu-se, também, a Linha 1.4, Contrapartida do CEPEL, registrando-se o valor de R\$ 3.261.407,96, na Coluna “F”.

Comparativo dos valores do IFR 1 – referentes ao 2º Trimestre de 2014 - Recursos do Banco Mundial

ORIGENS

Com alteração no valor Realizado nas Origens de R\$ 229.077,88, cujo valor saiu do 2º Trim.2014, lançado indevidamente, e foi lançado na devida competência que é o 3º Trimestre de 2014. Dessa forma apesar da variação no valor do trimestre, também, não acarretou alteração no acumulado do exercício.

APLICAÇÃO

Não houve diferença.

Recursos da Contrapartida - Governo

Conforme já mencionado, abriram-se linhas para segregar os recursos da Contrapartida, evidenciando-se os Recursos relativos ao Pessoal Temporário (recurso LOA com Identificador de Uso (c/Id) e Recurso relativo ao Pessoal não Temporário (Sem Id. Uso SIAFI), e ainda linha para Contrapartida do Coexecutor CEPEL).

Os valores de R\$ 784.122,54, Coluna (D), R\$ 2.478.886,28, Coluna (E) e R\$ 2.719.183,08, anteriormente lançados na Linha GOV.FED. foram ajustados e distribuído nas Linhas 1.2 GOV.FED. Contrapartida (com Id. Uso SIAFI) e na Linha 1.3 Contrapartida SEDP (sem Id. Uso SIAFI).

Conclusão: Satisfatório.

h

Fluxo de Fundos, Contrapartida e Desembolsos

12. O valor total do empréstimo é de US\$ 49.604.127,00 dólares americanos. Até o momento, o Projeto desembolsou US\$13.077.910,40. O saldo a ser desembolsado é de US\$ 36.526.216,60. Em outras palavras o Projeto desembolsou 26.36% do valor do empréstimo no período previsto para sua execução, que é de 4 anos.

O fluxo de recursos do Projeto continua obedecendo aos seguintes passos:

- a) o Banco Mundial desembolsa recursos do empréstimo para a Conta Designada, no Banco do Brasil, em Dólar dos Estados Unidos (US\$);
- b) a STN faz a movimentação dos recursos para a Conta Única do Tesouro Nacional;
- c) os recursos financeiros são alocados pela COFIN/STN à UGP/C;
- d) a UGP/C realiza os recursos de duas formas:
 - Centralizada – realiza os pagamentos referentes às atividades inerentes às Secretarias finalísticas e demais áreas do MME, por meio de Ordem Bancária, diretamente aos fornecedores; e/ou,
 - Descentralizada – disponibiliza os recursos aos coexecutores por meio de Ordem Bancária ou Destaque Orçamentário e Financeiro, conforme o caso, para pagamento aos respectivos fornecedores.
- e) os coexecutores apresentam à UGP a prestação de contas referentes aos gastos realizados no período;
- f) a UGP/C, de posse das prestações de contas dos co-executores, faz a consolidação dos gastos em uma única prestação de contas (SOE) para encaminhamento ao Banco Mundial;
- g) a UGP/C encaminha ao Banco Mundial, por meio da STN, os Relatórios SOE e o Application para nova solicitação de desembolso.

Conclusão: Satisfatório.

Auditoria Externa

13. A Secretaria Federal de Controle já realizou a auditoria no Projeto e espera-se que o relatório final seja encaminhado ao Banco Mundial até 30/06/2015.

Conclusão: Satisfatório.

O Banco agradece o apoio e cordialidade de toda a equipe do META durante o período da missão.

João Vicente N. Campos
Financial Management Specialist
Brasília (DF), 13 de agosto de 2015.



Anexo 3 - Fotos da Visita ao CEPEL

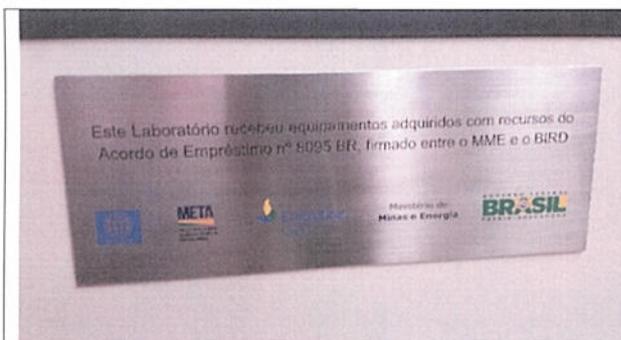


Foto 1: Placa na entrada do Laboratório - LabPMU.

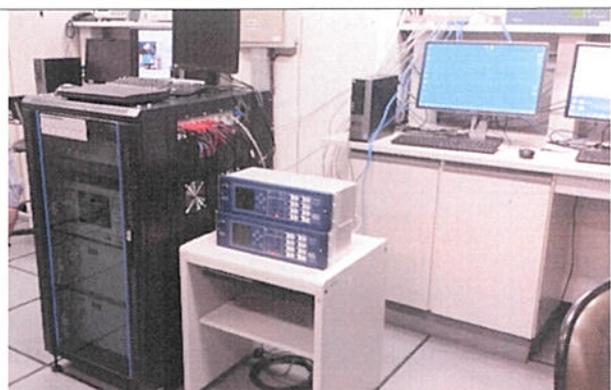


Foto 2: Equipamento comprado para o LabPMU.



Foto 3: Equipamento e servidor comprado para o LabPMU

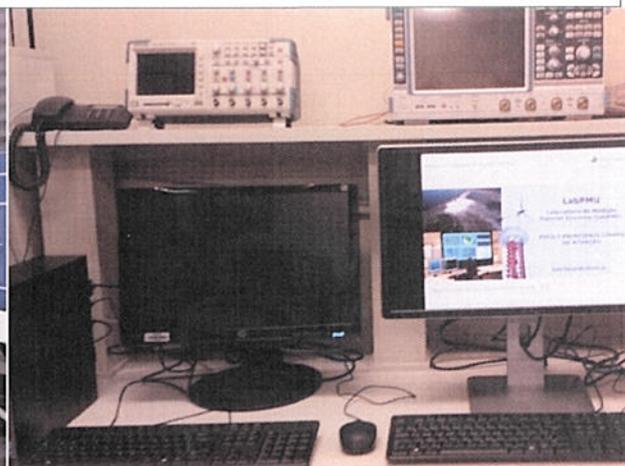


Foto 4: Osciloscópio e servidor comprado para o LabPMU

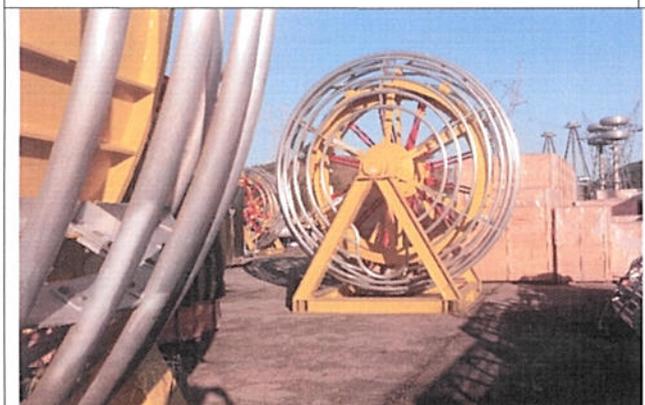


Foto 5: Yokes



Foto 6: Equipamento para testes de UAT

h



Foto 7: Equipamento da Haefely para UAT.



Foto 8: Equipamento Haefely entre outros para UAT

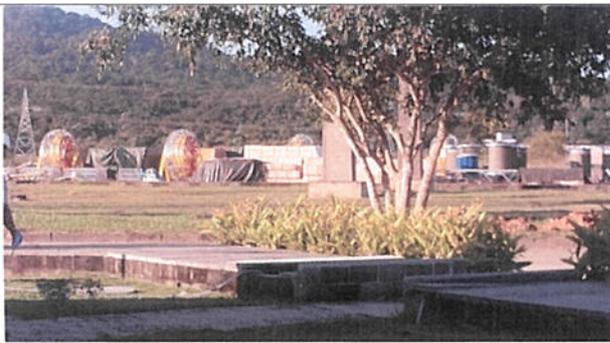


Foto 9: Equipamento UAT



Foto 10: Área de instalação dos Pórticos UAT



Foto 11: Área de obras para base dos Pórticos UAT



Foto 12: Base do Pórtico UAT

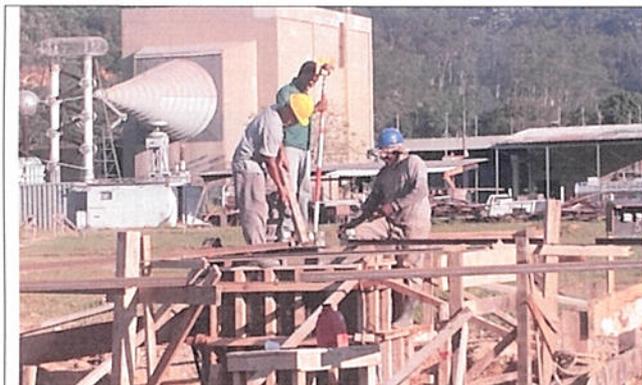


Foto 13: Obras de preparo de base dos Pórticos - UAT

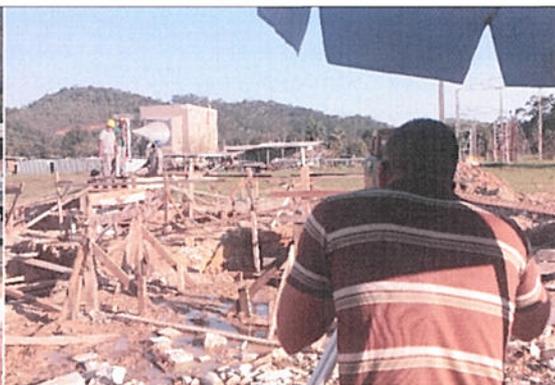


Foto 14: Obras de preparo de base dos Pórticos - UAT



Foto 15: Obras de perfuração para base do Pórtico - UAT

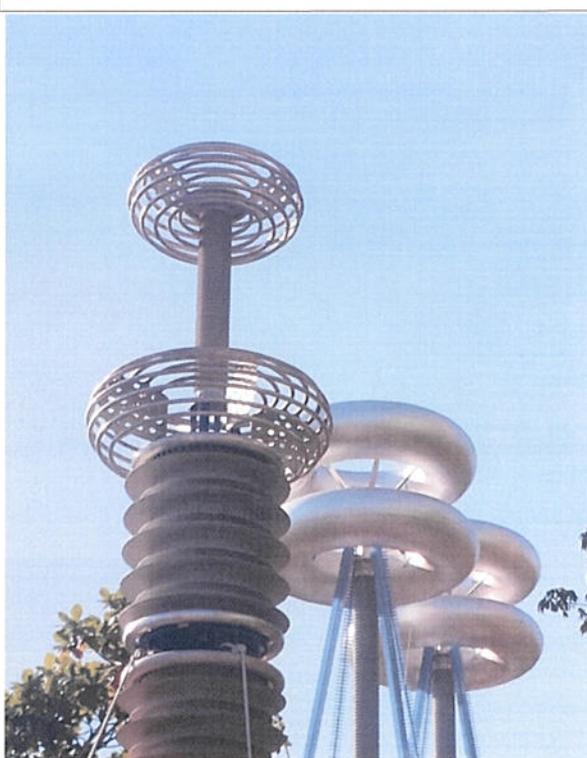


Foto 16: Equipamento de UAT

h

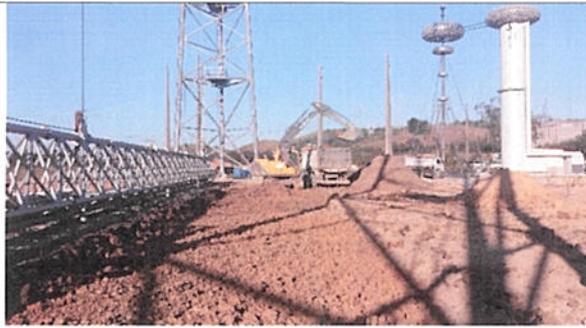


Foto 17: Preparo de laje para o Pórtico



Foto 18: Preparo de material de aterramento para o UAT



Foto 19: Carretas



Foto 20: Placa em Adrianópolis

h

Anexo 4 – Documentos relacionados ao pedido de prorrogação do Projeto

Em decorrência das tratativas ocorridas durante a Missão, o MME solicitou ao Banco a anuência à prorrogação da vigência do Projeto, conforme documentos relacionados a seguir, cópia anexas.

- Ofício n.º 153/2015-SE-MME – Solicitação ao Banco de anuência à prorrogação do prazo de vigência do Projeto;

- Nota Técnica n.º 21/2015-SEDP/SE-MME, composta dos seguintes anexos:

- ✓ Anexo I – Plano de Aquisições Vigente;
- ✓ Anexo II – Relatório de Auditoria 2015 da Controladoria-Geral da União (CGU);
- ✓ Anexo III – Gráfico de *Gantt* das Atividades do Projeto (Plano de Aquisições);
- ✓ Anexo IV – Gráfico de Execução do Projeto (Comprometimento, orçamento e liquidação); e,
- ✓ Anexo V – Demanda Reprimida de Termos de Referência, planejados para a Fase II do Projeto.

Anexo 5 – Listas de Participantes

Conforme listas anexas.